UMA ABORDAGEM ABOLICIONISTA DE BASE

CAP INTL
Coalition | Abolition | Prostitution

PROGRAMME EXIT

www.cap-international.org

Coligação pela Abolição da Prostituição (CAP International)
Publicação: Outubro 2023
Autores: Jonathan Machler & Héma Sibi
Tradução para Português: Adriana Peixoto
Design gráfico: Chloé Simmonet
https://www.cap-international.org/

CONTEÚDO

p.4 — Nota sobre a terminologia

p.6 — Introdução

p.7 — CAP International

p.9 — As realidades da prostituição observadas por organizações de base e lideradas por sobreviventes

p.11 — A abordagem abolicionista de base: uma metodologia holística para apoiar mulheres na prostituição

p.11 — **I. A visão desenvolvida na abordagem abolicionista de base**

p.12 — **II. A metodologia implementada na abordagem abolicionista de base**

p.13 — Primeiro contacto: fomentar uma relação ética e entender as necessidades das mulheres na prostituição

p.14 — Responder às necessidades básicas das mulheres na prostituição: alimentação, abrigo, saúde física e mental & apoio jurídico

p.29 — Construir autonomia socioeconómica: o caminho até uma saída sustentável

p.39 — **III. Desafios na preparação de vias de saída e recomendações**

NOTA SOBRE A TERMINOLOGIA

Exprimir, numa linguagem universal, as realidades do sistema de prostituição e as respostas dadas por organizações de base e lideradas por sobreviventes em tantos países não é uma tarefa fácil. O objetivo é ser tão representativo e inclusivo quanto possível, reunindo um grande número de especialistas de diferentes países que trabalham em diferentes contextos. É útil prestar esclarecimentos sobre a utilização de termos específicos no manual.

É frequentemente utilizado o termo **mulheres na prostituição** em vez de pessoas na prostituição. A utilização deste termo não tem como objetivo tornar invisível a existência de homens, rapazes e pessoas trans no sistema de prostituição, nem a violência e os danos que sofrem nele: a Abordagem Abolicionista de Base tem a mesma ambição de proteção, justiça e emancipação para cada pessoa na prostituição. No entanto, é utilizada para chamar a atenção para a dimensão inerentemente patriarcal do sistema de prostituição: a esmagadora maioria das pessoas na prostituição são mulheres e meninas*, exploradas por homens, para responder à procura masculina de compra de atos sexuais.

Os termos “trabalho sexual” e “trabalhadoras do sexo” não são utilizados neste documento porque não correspondem às realidades observadas no terreno e descritas por mulheres com experiências vividas na prostituição. O termo “trabalho sexual” é maioritariamente utilizado como um termo de propaganda, com o objetivo de lavar a violência e as múltiplas coerções inerentes ao sistema da prostituição, de forma a promover a sua legalização, incluindo a legalização do proxenetismo e da compra de atos sexuais.

O termo **sistema de prostituição** é utilizado neste relatório por se tratar de um sistema que envolve vários atores: as mulheres que se prostituem, o proxeneta e o comprador de sexo. Longe de ser uma escolha individual, como é muitas vezes retratado, baseia-se num continuum de violência (antes, durante e depois), coerção e exploração. Este sistema prospera com a procura masculina para a compra de atos sexuais expressa pelos compradores de sexo. É para responder a esta procura que os proxenetas e os traficantes organizam a exploração das mulheres e lucram com ela.

O termo sobreviventes é utilizado, tal como é utilizado por muitas mulheres que saíram do sistema de prostituição e que falam em nome das que ainda estão na prostituição e daquelas que foram assassinadas neste sistema.

---

* O termo *meninas* é usado em vez de *raparigas* devido à conotação depreciativa que esta palavra tem no Brasil relativa às mulheres na prostituição.

As vozes das sobreviventes têm um valor inestimável: elas podem falar livremente e sem constrangimentos sobre as realidades do sistema de prostituição e a violência que sofreram nele. Elas também estão na vanguarda da criação e implementação de programas de saída para mulheres na prostituição.

Embora os papéis e as áreas de especialização dos membros das organizações de base e das organizações lideradas por sobreviventes sejam diversas, os termos genéricos **assistentes sociais** ou **trabalhadores/as da linha da frente** são normalmente utilizados no relatório para facilitar a compreensão coletiva. Deve notar-se que estes membros do pessoal incluem frequentemente sobreviventes que trabalham na implementação de programas de saída.

INTRODUÇÃO

Muitas organizações de base e lideradas por sobreviventes que prestam apoio a mulheres na prostituição em todo o mundo implementam uma **Abordagem Abolicionista de Base**. Esta abordagem específica é devidamente ambiciosa, uma vez que consagra um acompanhamento holístico de espaços seguros e recursos para que as mulheres prostituídas encontrem a segurança e o apoio de que necessitam para se recuperarem e transformarem as suas vidas, de modo a ganharem confiança, autocontrolo e poder. Trabalha ainda para construir um movimento de mudança com uma análise partilhada entre organizações e uma visão comum para acabar com a violência e a exploração.

Ao dar uma plataforma às sobreviventes e aos/às trabalhadores/as da linha da frente, este manual pretende dar as chaves para compreender a filosofia, a metodologia e as melhores práticas dos programas implementados por organizações de base e lideradas por sobreviventes, inspiradas em décadas de trabalho no terreno com e no apoio às mulheres na prostituição.

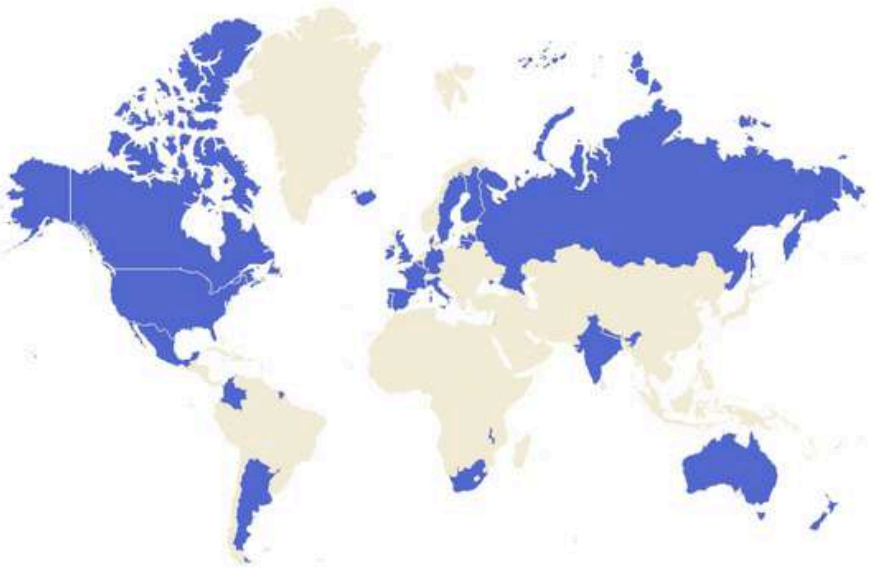
Esta abordagem, inspirada e baseada nas experiências vividas pelas sobreviventes da prostituição, é única na forma como procura combater os fatores que levam à prostituição com o objetivo de proporcionar uma saída sustentável deste sistema. Vai para além da redução dos riscos centrada na "aceitação do risco", proporcionando **uma via de saída da prostituição holística e individualizada.**

Ao centrar-se no trabalho quotidiano das organizações de base e das organizações lideradas por sobreviventes que trabalham diretamente com mulheres na prostituição e destacando o estudo de caso do "Exit programme" coordenado pela CAP International, este primeiro manual de uma série de seis pretende destacar a Abordagem Abolicionista de Base e o seu impacto específico, cujos diferentes componentes serão abordados com mais precisão nos manuais seguintes. Este manual pretende ser uma ferramenta de formação, reunindo as melhores práticas para organizações e estruturas que pretendam desenvolver as suas atividades com mulheres na prostituição.

Enquanto este manual procura evidenciar os traços comuns que caracterizam o trabalho das organizações abolicionistas, não impede que cada organização tenha as suas especificidades, muitas vezes ligadas ao contexto de intervenção. Assim, a ambição deste manual não é definir uma abordagem única, cronológica e rígida, mas sim realçar o que estas ações têm em comum, e quais as melhores práticas observadas, de modo a ajudar outras organizações na sua compreensão das realidades da prostituição e nos seus esforços para facilitar o acesso a vias de saída do sistema de prostituição.

CAP INTL
Coalition | Abolition | Prostitution

Uma coligação única de 35 organizações de base
e lideradas por sobreviventes em 28 países, unidas em torno de um objetivo comum:
a Abolição do sistema de prostituição.



Os 35 membros da CAP International trabalham com, ou são fundados por, sobreviventes da prostituição. Prestam assistência direta às mulheres na prostituição e às vítimas de exploração sexual.
Os nossos membros trabalham nos seguintes países: Bélgica (Isala), Canadá (CLES ; Vancouver Rape Relief), Colômbia (Iniciativa Pro-Equidad), Alemanha (Solwodi ; Sisters), Dinamarca (KFUKS), Finlândia (Exit), França (Mouvement du Nid ; Fondation Scelles), Reino Unido (Women at the Well), Índia (Apne Aap ; South Kolkata Hamari Muskan), Irlanda (Ruhama), Islândia (Stigamot), Itália (Iroko), Malta (Dar Hosea), Líbano (Kafa (Basta) Violência e Exploração), Letónia (Marta Center), Lituânia (Klaipeda), México (Comision Unidos Vs Trata ; Mujeres Libres A. C.), Argentina (Fondación Alika Kinan), Mongólia (Talita Mongolia), Malawi (People Serving Girls at Risk), Nepal (Maiti), Nova Zelândia (Wahine Toa Raising), Palestina (Sawa), Portugal (O Ninho), Rússia (Crisis Center for Women), Espanha (Feminicidio ; Comision para la Investigacion de los Malostratos a Mujeres), Suécia (Talita, 1000 Mojligheter), EUA (Eva Center ; Breaking Free).

IMPACTO GLOBAL 2022

NÚMEROS CHAVE

17,997

vítimas de prostituição apoiadas pelos membros da CAP International

112

abrigos e centros de acolhimento

739

funcionários/as a trabalhar para a Abolição da prostituição

60

publicações sobre a problemática da prostituição e exploração sexual

1,602

ativistas voluntários/as

1,864,751

seguidores/as nas redes sociais

AS REALIDADES DA PROSTITUIÇÃO OBSERVADAS POR ORGANIZAÇÕES DE BASE E LIDERADAS POR SOBREVIVENTES

Por todo o mundo, o sistema de prostituição afeta disproporcionalmente mulheres e meninas de grupos marginalizados: indígenas, pobres, migrantes e pertencentes a castas oprimidas e/ou a minorias étnicas, raciais e religiosas.

É possível constatar que as mulheres na prostituição vêem as suas vidas rodeadas de fatores de vulnerabilidade: primeiro, o seu sexo, dado que 94% das vítimas de tráfico para a exploração sexual no mundo são mulheres e meninas, segundo a ONU (1); mas também a pobreza, estar em situação de sem-abrigo, ter vícios em drogas e álcool, ter sofrido abuso sexual na infância, ser menor de idade, a etnia/origem, a orientação sexual e a identidade de género expressa. Estas vulnerabilidades são alavancas de exploração para os proxenetas e compradores de sexo.

No **Canada**, 50 a 90% das pessoas na prostituição nas cidades de Western Canada são mulheres indígenas, embora estas últimas representem menos de 4% do total da população do país. (2)
Na **Chéquia**, apesar de os ciganos representarem 3% do total da população do país, as estimativas apontam que 70% das vítimas de exploração sexual na região fronteiriça com a Alemanha pertençam a esta minoria. (3)
No **Líbano**, um país com uma das proporções de refugiados mais altas do mundo, as mulheres sírias estão sobrerrepresentadas na prostituição no país. (4)
Na **Europa**, numa média de 13 países, estima-se que 84% das mulheres na prostituição sejam migrantes. (5)
Em **Boston**, Massachusetts, o EVA Center informou que 73% das pessoas que passaram pelos seus programas tinham saído dos sistemas governamentais aos 18 anos, oriundas das comunidades locais, em resultado de políticas falhadas que, consequentemente, deixaram as jovens mulheres vulneráveis. (6)

Por todo o mundo, as organizações de base e lideradas por sobreviventes observam os mesmos padrões de opressão e trabalham para os desafiar.

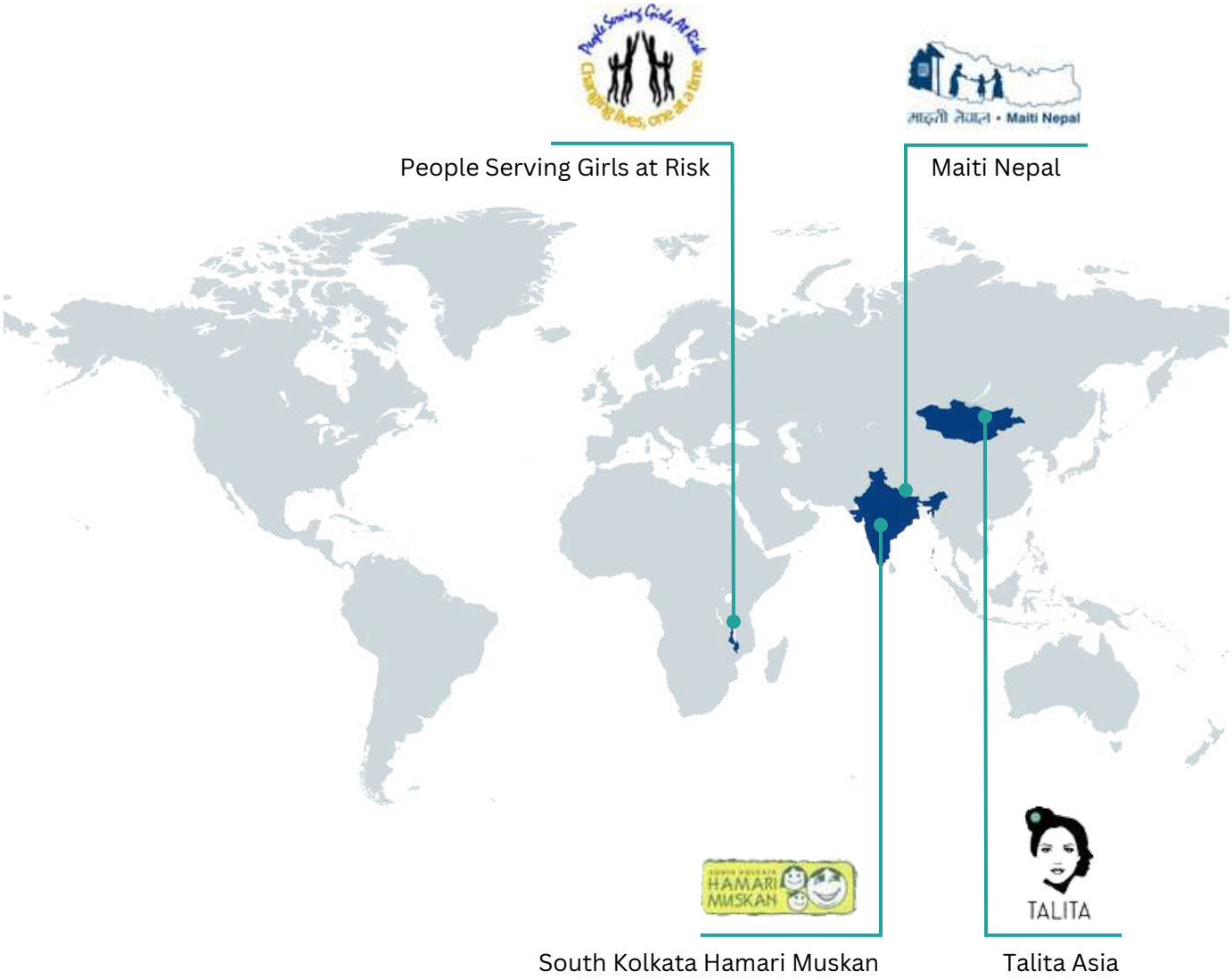
---

1. UNODC, Global Report on Trafficking in Persons, 2018.
2. Louie D., Sexual Exploitation Prevention Education for Indigenous Girls, Canadian Journal of Education, 2018.
3. European Roma Rights Centre, Breaking The Silence: A Report By The European Roma Rights Centre And People In Need, 2011.
4. Jabbour G., Exit: Challenges and Needs of Lebanese and Syrian Women in Prostitution, Kafa (enough) Violence & Exploitation, 2020.
5. United Nations Office on Drugs and Crime, The Globalisation of Crime: A Transnational Organised Crime Threat Assessment Vienna, 2010.
6. Eva Center (Boston, EUA)

Foco no programa EXIT:

Embora este manual se baseie na experiência e nos conhecimentos de 35 organizações de base e lideradas por sobreviventes, foi desenvolvido no âmbito de um programa específico coordenado pela CAP International: o **Programa EXIT**, atualmente implementado para apoiar o acesso a uma via de saída para as mulheres na prostituição em quatro países: mulheres e meninas de castas oprimidas presas na prostituição intergeracional na Índia e no Nepal, de zonas rurais empobrecidas com elevadas taxas de casamentos forçados no Malawi e mulheres e meninas que vivem na precariedade na Mongólia.

Os beneficiários do programa EXIT são mulheres, meninas e meninos adolescentes dos 13 aos 25 anos, uma vez que os jovens são particularmente visados pelos proxenetas e compradores de sexo. Presos em padrões socioeconómicos de restrição, sem acesso à educação e à integração profissional e em situações de grande pobreza, a prostituição continua a ser, muitas vezes, o último meio de sobrevivência. É a estas dinâmicas que o programa Exit pretende dar resposta.



UMA ABORDAGEM ABOLICIONISTA DE BASE

UMA METODOLOGIA HOLÍSTICA PARA APOIAR AS MULHERES NA PROSTITUIÇÃO

I. A visão desenvolvida na Abordagem Abolicionista de Base

A abordagem está enraizada na compreensão profunda dos padrões históricos, sociais e políticos de opressão - incluindo o patriarcado, o racismo e o domínio baseado na classe - que promovem os fatores de vulnerabilidade intersectados mais frequentemente observados entre as mulheres na prostituição. As organizações abolicionistas procuram desafiar estes padrões e fatores de vulnerabilidade, apoiando a autocapacitação das mulheres, reconhecendo os danos causados pela prostituição e, acima de tudo, ouvindo e tentando responder às suas necessidades.

O que se pode observar entre as 18.000 pessoas, na sua esmagadora maioria mulheres e meninas, apoiadas pelos membros da CAP em todo o mundo é que a principal necessidade expressa por elas é **encontrar um caminho, uma saída da prostituição**. Esta observação empírica é confirmada por vários estudos, que demonstraram que "**sair da prostituição**" foi a primeira resposta imediata dada pelas mulheres na prostituição quando questionadas sobre as suas necessidades. (7)

O principal objetivo é, portanto, responder a essa necessidade. Para o fazer, as organizações de base e as organizações lideradas por sobreviventes desenvolveram uma abordagem específica baseada na experiência vivida pelas sobreviventes da prostituição e da exploração sexual que conseguiram sair a longo prazo. Estas organizações procuram conceber intervenções que **promovam a liderança** das mulheres que participam nos seus programas, **reconhecendo a sua força e resiliência.**

Ao proporcionar **alternativas concretas para reconstruírem as suas vidas e ganharem independência socioeconómica**, bem como **capacitação individual**, o objetivo do acompanhamento não é "melhorar" as condições de prostituição, nem "suavizar" a violência inerente à prostituição, mas **quebrar o ciclo de exploração sexual e económica** em que estão presas, apoiando uma **emancipação sustentável do sistema de prostituição.**

---

7. Minnesota Indian Women's Sexual Assault Coalition and Prostitution Research & Education, Garden of Truth, the prostitution and trafficking of Native Women, 2011 and Shannon G. The Implementation of the Criminal Law (Sexual Offences) Act 2017, Part IV – An Interim Review

II. A metodologia implementada na Abordagem Abolicionista de Base

A metodologia da Abordagem Abolicionista de Base segue passos concretos como parte de uma via de saída holística. O apoio prestado nesta abordagem destina-se a permitir que as mulheres atinjam o seu potencial máximo, acedendo a oportunidades económicas para se tornarem, elas próprias, agentes de mudança.

> *Antes, eu era dependente do meu marido e do pai do meu filho. Precisava deles para me protegerem, para ter uma casa, para ter os meus papéis em ordem. Hoje, sou mais forte porque sou autónoma e compreendo como funciona o sistema. Estou a avançar sozinha, com o vosso apoio, claro, mas tomo as minhas próprias decisões e sei o que quero. O meu coração e a minha cabeça caminham juntos na mesma direção.*
>
> *O pai do meu filho esmagou-me e humilhou-me quando eu ainda vivia com eles. Pedia-me dinheiro em troca de viver no mesmo apartamento, quando eu era a sua família, a mãe do seu filho! Eu aceitava tudo isso: Tinha medo de represálias, tinha medo que ele me pusesse na rua. Não tinha mais nenhum sítio para onde ir.*
>
> *Agora sinto-me muito melhor. Tenho a casa de transição de Isala, a Casa de Bambu, onde vivo, onde durmo. Já não tenho medo. Quando o vejo e ele me fala mal ou me censura por alguma coisa, eu respondo, defendo-me. Já não tenho medo.*
>
> Marie M. apoiada pela isala (8)

8. Os nomes das pessoas que deram os testemunhos foram mudados para proteger o seu anonimato.

1. Primeiro contacto: fomentar uma relação ética e entender as necessidades das mulheres na prostituição

Muitas organizações abolicionistas organizam **atividades de proximidade**, a fim de se encontrarem com as mulheres na prostituição no local onde elas estão. O objetivo é criar uma oportunidade para iniciar um primeiro contacto, seja na rua, dentro de casa ou na internet. Estas atividades podem ser levadas a cabo por voluntários/as formados/as e apoiados/as por profissionais ou diretamente por profissionais, incluindo sobreviventes.

A sensibilização visa estabelecer um **primeiro contacto** com as mulheres na prostituição para **as informar dos seus direitos e da existência de serviços de apoio**. Muitas mulheres na prostituição estão isoladas socialmente e em situações precárias. Algumas são estrangeiras e podem não saber exatamente onde se encontram. O encontro e o primeiro contacto com elas é, portanto, um momento importante para **iniciar uma relação de igualdade baseada no não-julgamento e na confiança**.

De acordo com as suas especificidades, as organizações abolicionistas podem oferecer **um apoio de rua** e distribuir ajuda temporária (alimentos, produtos de higiene, etc.), ou então estabelecer um contacto "**de mãos vazias**". É o caso do Mouvement du Nid em França, que na sua abordagem ao encontro das mulheres na prostituição dá prioridade a uma relação de igualdade para tecer uma ligação longe das relações transacionais que cercam a vida das mulheres na prostituição. (9)

As mulheres encontradas são convidadas, se o desejarem, a deslocarem-se a centros de acolhimento onde podem receber aconselhamento e apoio para as necessidades que exprimem. **Ouvir as mulheres sem as julgar e compreender as suas necessidades é o primeiro passo da Abordagem Abolicionista de Base** e um pré-requisito para desenvolver uma relação que corresponda às suas necessidades e aspirações.

As organizações abolicionistas acolhem incondicionalmente as mulheres na prostituição que pedem apoio. O apoio é prestado com base nas necessidades expressas por estas últimas, independentemente do seu desejo de sair da prostituição ou de outros fatores: é incondicional. Não existe um modelo "rígido" de intervenção: as organizações trabalham de forma a adaptar o seu apoio social, psicológico e material às necessidades expressas pelas mulheres acompanhadas.

Na **isala**, **na Bélgica**, a equipa de voluntárias e de pessoal desenvolveu um método de escuta e de boas-vindas no seu centro de acolhimento que visa simultaneamente assegurar uma boa identificação das necessidades das mulheres e uma saída sustentável da prostituição. Baseado na **escuta ativa**, este método assenta na **abordagem de empoderamento feminista**, que visa apoiar as mulheres de forma a que desenvolvam a sua própria autonomia e decisões, com base no conhecimento das diferentes opções disponíveis no país, para que reduzam a sua vulnerabilidade e sejam donas das suas escolhas.

9. Laouénan C., Guide pédagogique à l'intention des bénévoles du Mouvement du Nid, 2017

Os “8 pilares” de apoio da **isala** abrangem todos os aspetos da vida: habitação, independência económica, saúde, estatuto jurídico, justiça, parentalidade/vida familiar, integração social e direitos sociais; uma abordagem holística que reflete muito bem uma Abordagem Abolicionista de Base.

2. Responder às necessidades básicas das mulheres na prostituição: alimentação, abrigo, saúde física e mental & apoio jurídico

Muitas mulheres na prostituição encontram-se em situações de mera sobrevivência e pobreza. As primeiras necessidades que exprimem são, portanto, imediatas e primárias. Responder às necessidades primárias das mulheres na prostituição implica (pelo menos) proporcionar-lhes acesso a alimentação, abrigo, cuidados de saúde e assistência jurídica. A resposta a estas necessidades é frequentemente a primeira parte de um percurso de saída individualizado.

- Acesso à alimentação

Apne Aap, Índia

O acesso a alimentação para as mulheres na prostituição pode ser um desafio quotidiano em certos países que não dispõem de mecanismos de ajuda alimentar bem estabelecidos. A falta de acesso a uma necessidade básica como a alimentação pode ser um ponto de entrada na prostituição e também um obstáculo à saída.

No Malawi, por exemplo, as dificuldades económicas são de tal ordem que o fenómeno do “sexo por peixe” - a prostituição de mulheres em troca de peixe - se tornou comum, sobretudo nas zonas ribeirinhas dos lagos.

> *Eu queria mesmo sair da prostituição, mas não tinha qualquer apoio. Estive na prostituição durante 10 anos. Comecei porque tinha fome. Somos três pessoas na família, incluindo a minha irmã que tem um problema de saúde mental e que tem dois filhos e não tem dinheiro, mais os meus dois filhos e a minha mãe que é idosa. São 7 pessoas para alimentar. Nunca quis começar, mas não tive outra hipótese.*

Martha K., 29 anos, Malawi, acompanhada pela PSGR

A fim de aliviar o fardo da insegurança alimentar das mulheres na prostituição, muitas organizações abolicionistas trabalham para garantir o acesso à alimentação das mulheres na prostituição - e das suas famílias, se necessário - quer através da **distribuição de alimentos**, quer através do desenvolvimento de **projetos que combinam cozinhar, distribuição de alimentos e atividades geradoras de rendimentos.**

Na Índia, as entrevistas realizadas pelo pessoal do South Kolkata Hamari Muskan (SKHM) com os filhos das mulheres na prostituição que apoiam mostraram que a maioria deles tinha fome antes de ir para a escola, pois não tinha a possibilidade de tomar o pequeno-almoço em casa. Assim, a SKHM criou um **quiosque de pequeno-almoço à entrada da zona de prostituição de Bowbazar**, onde as mulheres e os seus filhos podem ter acesso a alimentos. Além disso, a organização fornece 4 refeições completas às crianças que vivem na zona da luz vermelha durante o dia. **O quiosque é também utilizado como uma atividade geradora de rendimentos para apoiar a independência económica das mulheres que abandonam a prostituição.**

No âmbito do **programa EXIT**, mais de 360 000 refeições foram distribuídas coletivamente pelas quatro organizações às mulheres na prostituição e aos seus filhos no ano de 2022.

South Kolkata Hamari Muskan, Índia

As organizações abolicionistas estiveram também na linha da frente durante a pandemia de COVID-19, prestando apoio, incluindo ajuda alimentar de emergência, às mulheres na prostituição que se encontravam isoladas dos serviços públicos de apoio.

Foram lançadas numerosas iniciativas nos nossos 28 países de intervenção, incluindo países que habitualmente dispunham de sistemas de ajuda alimentar, mas que ficaram sobrecarregados com as necessidades que surgiram durante a pandemia.

Isala, Bélgica

Mouvement du Nid, França

- Assegurar o acesso à saúde física e mental

Acesso a apoio psicológico:

Níveis extremos de violência psicológica e experiências traumáticas são relatados por mulheres que estão e/ou estiveram na prostituição, resultando numa elevada prevalência de Perturbações de Stress Pós-Traumático (PSPT). Este facto é também observado por especialistas, como a Dra. Muriel Salmona, psiquiatra-psicotraumatologista, presidente da associação francesa Mémoire Traumatique et Victimologie:

> *As situações de prostituição são politraumáticas, com violências repetidas e prolongadas que constituem graves danos à integridade psíquica e física e aos direitos fundamentais do ser humano, reificam a mulher transformando-a em mercadoria. A situação de prostituição tem consequências graves para a saúde psicológica, física e sexual das mulheres na prostituição, bem como perturbações psicotraumáticas graves.*
>
> *Com uma taxa de 68% a 80% de perturbações de stress pós-traumático - acompanhadas de perturbações de personalidade muito importantes (dissociação, despersonalização, descorporalização, perda de identidade, anestesia emocional e física, "dissociação psíquica entre a personalidade prostituída e a personalidade 'privada' da mulher prostituída; dissociação física com perturbações da sensibilidade corporal e sensorial: hipestesia, anestesia, limiar elevado de tolerância à dor; comportamentos aditivos: drogas, álcool, psicotrópicos.*
>
> Dra. Muriel Salmona, Psiquiatra-psicotraumatologista,
> Presidente da associação Mémoire Traumatique et Victimologie (10)

Área de consulta
Ruhama, Irlanda

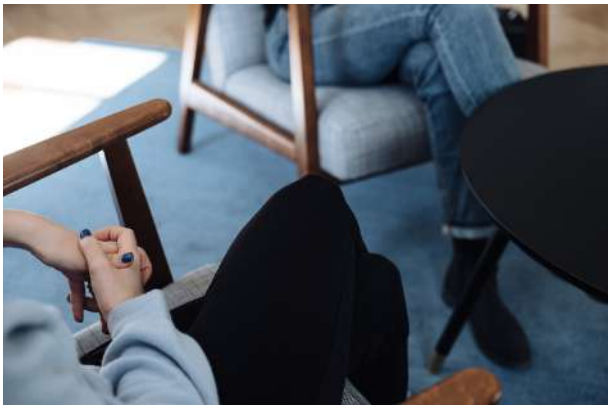


Ilustração de uma sessão de aconselhamento,
1000 Möjligheter, Suécia

10. https://www.memoiretraumatique.org/assets/files/v1/doc_violences_sex/2014-diaporama-Prostitution-colloque-de-Munich.pdf

Estudos mostram que, em França, as mulheres na prostituição sofrem de taxas de suicídio 12 vezes mais elevadas do que a população em geral. (11) Em Israel, um estudo revelou que um terço das pessoas na prostituição tinha tentado o suicídio. (12)

As organizações abolicionistas de base e as organizações lideradas por sobreviventes procuram prestar apoio psicológico individualizado às mulheres na prostituição, a fim de lhes permitir recuperar das consequências traumáticas induzidas pela violência sofrida. Este apoio psicológico pode assumir várias formas: sessões de terapia individual ou coletiva, mas também arte-terapia, terapia assistida por equinos, terapia lúdica para crianças...

O apoio psicológico é uma parte do apoio global que a nossa organização oferece. Há muitos problemas aqui: violência doméstica, violência sexual, prostituição, tráfico de seres humanos... As pessoas precisam de ter acesso a apoio assim que chegam, incondicionalmente. Tentamos também dar prioridade ao apoio "peer-to-peer" e a atividades terapêuticas como a arte-terapia. Para aquelas que enfrentam problemáticas demasiado pesadas para as nossas capacidades, temos uma parceria com uma clínica psiquiátrica. Por vezes, temos alguns problemas com as famílias que não têm a abordagem correta. Também fazemos sessões de terapia de grupo com e para elas.

Bimala Biswokarma, psicóloga em Maiti, Katmandu, Nepal

Na **Mongólia, a Talita Asia** desenvolveu um apoio psicossocial holístico baseado em 1) terapia de trauma que conduz à emancipação emocional 2) um ensino que desafia a autoimagem negativa e reforça a autoestima que conduz à "liberdade mental" e 3) planeamento para o futuro que conduz à "liberdade material".

Apoiamos durante todo o percurso, fornecendo as necessidades básicas. O nosso trabalho está completo quando a pessoa experimenta uma vida transformada. Um ano de terapia, na nossa experiência, é o mínimo.

Tserenchut Bymba-Ochir, fundadora da Talita Asia

11. Prostocost, Estimation du coût économique et social de la prostitution en France, 2015
12. Hareetz, A Third of Female Sex Workers in Israel Attempted Suicide, Government Study Finds, 2021.

O **Centro EVA** nos **Estados Unidos** está a implementar um modelo que foi desenvolvido através de uma organização local que trabalha com jovens de alto risco. Esta versão da Teoria Cognitivo-Comportamental fornece aos indivíduos as ferramentas e as competências necessárias para se curarem de traumas prolongados. Esta versão está a ser utilizada num contexto de grupo para jovens de alto risco que não têm acesso a contextos clínicos tradicionais.

Na **Índia,** o **South Kolkata Hamari Muskan** oferece sessões de terapia de grupo às mulheres e crianças que vivem nas zonas de luz vermelha, que são completadas por sessões individuais. Durante estas sessões com um psicoterapeuta, as mulheres e as crianças podem desenvolver a sua autoconfiança e resiliência ao seu próprio ritmo. As crianças a partir dos três anos de idade, cujas mães são apoiadas pelo SKHM, também têm acesso a sessões de terapia lúdica.

> *Depois de me ter juntado às sessões de grupo do SKHM, vi algumas mudanças. Deixei de ter medo de sair de casa. Antes sentia-me desamparada e impotente. Hoje sinto que posso dizer não, que posso protestar. Antes não tinha qualquer sentido de autoestima. A minha autoestima aumentou. Ganhei respeito pelo trabalho que estou a fazer. Hoje quero estar à frente de outras pessoas, apoiá-las, ajudá-las a deixar a prostituição.*

Discussão coletiva entre mulheres apoiadas pelo SKHM

Sesión de terapia de grupo dirigida por la Dra. Suparna Rudra, psicoterapeuta de SKHM, Kolkata, India.

> *[As sessões de terapia] dão-me a oportunidade de pensar em todo o progresso que fiz, no caminho que tive de percorrer até hoje, de ter força para protestar e dizer não. Também beneficiei de sessões individualizadas que considero muito úteis. Depois de ter partilhado os meus problemas, sinto-me mais leve por dentro. Sei que posso enfrentar os meus problemas.*

Jhuma, na prostituição há 5 anos, apoiada pelo SKHM, Calcutá

O uso de drogas e álcool, como estratégia de sobrevivência, também é exacerbado na prostituição. No Estado do **Minnesota**, nos Estados Unidos da América, um estudo que entrevistou mulheres indígenas na prostituição sublinhou que "A maioria das mulheres (61%) que usava drogas ou álcool descreveu a necessidade de se dissociar quimicamente ou de se entorpecer da dor física e emocional durante a prostituição. (13) Uma das mulheres que participou no estudo explicou que consumia drogas "para ficar dormente, para poder fazer o que eles querem que eu faça".

> *Muitas não são dependentes de drogas ou álcool antes de entrarem na prostituição. Essa dependência vem depois. É importante notar que as drogas são usadas para mais do que apenas para se entorpecerem. Eu consumia drogas para poder trabalhar mais horas, para poder beber mais sem estar embriagada, as drogas davam-me a sensação de estar em controlo apesar de não estar, ajudavam-me a ser outra pessoa, ajudavam-me a desassociar mais fácil e rapidamente. As drogas e o álcool ajudaram-me a sentir menos culpa, vergonha, ajudaram-me a sentir-me normal, presente, viva. Deram-me uma confiança que nunca tinha experimentado antes.*
>
> Ally-Marie Diamond, sobrevivente da prostituição
> e fundadora da ONG de base Wahine Toa Rising, na Nova Zelândia

Saúde física:

Foram observadas muitas lesões físicas e problemas de saúde entre as mulheres na prostituição. A ginecologista Liane Bissinger, que trabalhou durante vários anos com mulheres na prostituição em Hamburgo, na Alemanha, refere a prevalência de lacerações e lesões nos órgãos genitais, inflamações graves no abdómen ou nas trompas de ovário, lesões pélvicas, destruição do ambiente intestinal e várias dores sistemáticas em diferentes partes do corpo, desnutrição, distúrbios alimentares, distúrbios nervosos, doenças orais, entre outros. (14)

O sistema de prostituição também expõe as pessoas que se prostituem a riscos acrescidos de contrair doenças sexualmente transmissíveis (DST). Segundo o FNUAP, as pessoas prostituídas em todo o mundo têm 21 vezes mais probabilidades de contrair o VIH do que a população em geral. (15)

As organizações abolicionistas trabalham no sentido de proporcionar acesso a cuidados de saúde, prevenir os riscos de contaminação e apoiar as pessoas expostas a DST. Na **Dinamarca, a Kfuks Sociale Arbedje** gere um centro de saúde gratuito e anónimo chamado "Nest International Health Clinic". Este espaço seguro permite que as mulheres façam testes de VIH e outras DST.

---

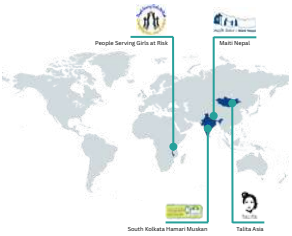
13. Garden of Truth: The Prostitution and Trafficking of Native Women in Minnesota, 2011.
14. Bissinger L., Physical damage in prostitution, FiliA, 2020: https://www.filia.org.uk/latest-news/2020/4/5/physical-damage-in-prostitution.
15. UNFPA, 2019 https://shorturl.at/ABIKZ

Maiti gere três instalações de cuidados de saúde no **Nepal**, proporcionando um espaço seguro às sobreviventes da prostituição e do tráfico que sofrem de várias infeções, incluindo hepatite, tuberculose e VIH/SIDA, mas também cuidados médicos 24 horas por dia e acesso a tratamento antirretroviral, que inclui testes regulares da carga viral e das células CD4.

É de notar que, se as mulheres na prostituição têm sido historicamente visadas e estigmatizadas como potenciais portadoras de DST, o papel dos homens, enquanto compradores de sexo, tem sido historicamente ignorado. No entanto, são os compradores de sexo, em particular ao imporem atos sexuais desprotegidos na prostituição, que desempenham um papel importante na propagação das DST.

É de notar também que este estigma foi reforçado por políticas regulamentares que, nos países que legalizaram a prostituição, impõem testes apenas às mulheres que se prostituem e não aos compradores de sexo.

O trabalho das organizações abolicionistas tem como objetivo criar ou reforçar este acesso aos cuidados de saúde. O apoio pode ser prestado através do contacto das mulheres com os estabelecimentos de saúde, através de tratamentos retrovirais, testes de despistagem, tratamento de dependências, contracetivos, ajuda na candidatura a um seguro de saúde, etc. Isto pode ser feito através do desenvolvimento de parcerias com centros médicos ou clínicas, ou através da gestão direta de instalações de cuidados de saúde.



Coletivamente e no ano de 2022, as organizações do programa EXIT prestaram apoio psicológico a 262 mulheres e meninas e apoio à saúde física a 249 mulheres e meninas.

- Proporcionar acesso a abrigos e habitação

A falta de abrigo e a insegurança habitacional constituem um dos principais fatores que conduzem à prostituição e impedem as mulheres prostituídas de sair deste sistema.

Responder à emergência: Proporcionar espaços seguros concretos para sair da prostituição

Muitas mulheres que se prostituem, por vezes com os seus filhos, têm de viver no mesmo local onde se prostituem, incluindo bordéis, em habitações imundas ou em espaços muito caros fornecidos pelos proxenetas. Algumas delas são simplesmente sem-abrigo.

> *Na Alemanha, é proibido por lei viver no mesmo local onde se exerce a prostituição, mas a maioria das mulheres fá-lo na mesma porque não tem dinheiro para arrendar um local adequado. São também encorajadas pelos donos dos bordéis e pelos proxenetas a ficar no bordel, porque isso significa que são mais bem controladas. Para se ter uma ideia, as mulheres pagam 120-180 euros por dia por um quarto no bordel. Após a pandemia de COVID-19, quando os bordéis tiveram de fechar, muitas mulheres acabaram nas ruas sem abrigo.*
>
> Maria Decker, Diretora Executiva, SOLWODI, Alemanha

Nos países onde a prostituição é legalizada, é mais fácil para os proxenetas e traficantes esconderem-se atrás das fachadas legais (16) e tornarem-se assim "proprietários de bordéis" ou "senhorios". Através deste processo, podem obter lucros colossais com a prostituição de mulheres e meninas que "arrendam" quartos nos seus bordéis, disfarçando assim o seu proxenetismo como simples arrendamento de propriedades:

> *Nos 60 bordéis da rue d'Aerschot, na Bélgica, cada mulher prostituída paga cerca de 7.500 euros por mês (250 euros por cada período de 12 horas pago todos os dias do mês) aos proprietários do bordel (200 euros) e às "Madames" (50 euros). Assim, os primeiros 150 compradores de sexo do mês pagam apenas o seu "direito" de estar no bordel. Como cada quarto do bordel recebe, em média, quatro pessoas por dia, o proprietário de um bordel recebe, no mínimo, 800 euros por dia, ou seja, mais de 300.000 euros por ano. Para além deste custo enorme, as mulheres têm de pagar a renda de um outro local onde possam ficar e dormir durante o tempo em que não estão à janela.*
>
> Assistente social da isala, Bélgica

16. Europol, Situation report Trafficking in human beings in the EU, 2016: https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/documents/thb_situational_report_-_europol.pdf

Esta situação constitui um obstáculo importante a uma possível saída, uma vez que muitas mulheres se encontram potencialmente sem qualquer solução de alojamento se deixarem a prostituição. Nestas circunstâncias, as mulheres que conseguem sair do bordel e livrar-se do controlo dos seus proxenetas, podem muito facilmente ficar sob o controlo de outros homens (outros proxenetas, mas também compradores de sexo que lhes oferecem "ajuda"), passando assim de uma situação de exploração para outra.

> *É bom prender um proxeneta, mas a maioria das mulheres vai perguntar à polícia: "Mas esta noite, onde é que eu vou dormir?" É preciso recursos para alojar estas mulheres que não têm dinheiro no bolso porque estão dependentes do proxeneta. Sabia que, na maior parte das vezes, elas vivem com ele? Ou, se não, ele paga o quarto de hotel. Muitas vezes, nem sequer têm 2 dólares para o caso de quererem apanhar o autocarro e fugir. Nem sequer têm comida ou o seu próprio telemóvel.*
>
> Sobrevivente Laurie, apoiada por La CLES no Canadá.

Proporcionar um abrigo, um espaço seguro longe do sistema de prostituição é, portanto, fundamental para permitir que as mulheres se envolvam numa via de saída. As organizações abolicionistas trabalham no sentido de prestar apoio no acesso a abrigos de emergência, em contextos em que as opções de alojamento são frequentemente insuficientes.

Casa Talita, Suécia

Abrigo para mulheres em Maiti, Nepal

No **Nepal**, a **Maiti** gere 17 casas de transição para acolher mulheres na prostituição e vítimas de tráfico. Estes abrigos são também utilizados como um centro onde as mulheres podem receber apoio médico, psicológico e jurídico, antes de serem potencialmente reencaminhadas para serviços de acompanhamento a longo prazo.

No **Líbano**, a **KAFA (enough) Violence & Exploitation** gere "Amara", um abrigo seguro que oferece alojamento temporário e apoio a mulheres vítimas de prostituição, tráfico para exploração sexual ou trabalho doméstico forçado. O abrigo recebeu o nome de "Amara" em homenagem a uma trabalhadora doméstica migrante traficada que sobreviveu ao trabalho forçado no Líbano. O objetivo geral de Amara é proporcionar às sobreviventes da exploração e do tráfico um espaço seguro para as mulheres e acompanhá-las nos seus esforços para explorar as suas opções, viver livres da violência e da exploração e procurar justiça. Isto é feito através da prestação de serviços multissetoriais informados sobre traumas, da adoção de uma abordagem feminista e centrada nas mulheres e da promoção do sentido de solidariedade, irmandade e capacitação das mulheres. O trabalho dos/as assistentes sociais e do pessoal da casa de abrigo é orientado pela aplicação dos valores fundamentais e dos princípios orientadores que são o direito à segurança, o direito à confidencialidade, o direito à dignidade e à autodeterminação e a não discriminação.

> *O abrigo era a minha casa, a minha família. Respeitaram-me, compreenderam-me e ouviram-me, coisas que não encontrei em mais lado nenhum da minha vida.*
>
> D.Z. acolhida por Kafa no Líbano.

Coletivamente e durante o ano de 2022, as organizações do programa EXIT geriram 9 espaços seguros no âmbito do programa EXIT.

Abordar os fatores de vulnerabilidade a longo prazo: facilitar o acesso a uma habitação sustentável

As situações de sem-abrigo e de insegurança habitacional estão entre os fatores de vulnerabilidade que são frequentemente utilizados como meio de chantagem/coação das mulheres para a prostituição. Quando o acesso à habitação é difícil, as mulheres mais pobres podem facilmente tornar-se um alvo dos proxenetas e dos compradores de sexo. No **Reino Unido**, por exemplo, um estudo revelou que 250.000 mulheres foram vítimas de tentativas de compra de atos sexuais por parte de senhorios entre 2013 e 2018. A prática, que se tornou comum, é chamada de "sexo como renda". (17)

Como trabalhadores/as da linha da frente, é inegável que vemos a ligação entre a insegurança habitacional e o envolvimento contínuo de muitas mulheres e meninas na prostituição, ou a sua entrada na mesma. No CLES, um quarto dos pedidos que recebemos diz respeito ao acesso a alojamento ou habitação seguros, acessíveis e sustentáveis. No Quebeque, são muito poucos os alojamentos adaptados às necessidades das mulheres com um passado de prostituição. No entanto, o alojamento é uma alavanca fundamental para ajudar as mulheres e as meninas a sair e a permanecer fora da indústria do sexo.

Bailaou Diallo, Coordenador da CLES
(Concertação de Lutas contra a Exploração Sexual) no Canadá.

As organizações abolicionistas trabalham, na medida das suas possibilidades, para **facilitar o acesso a uma habitação duradoura**, quer criando as condições de autonomia socioeconómica, quer explorando elas próprias os equipamentos habitacionais ou desenvolvendo parcerias com os mecanismos institucionais de habitação social existentes no seu país.

Quando penso agora, acho que não estava psicologicamente preparada para entrar na casa de transição quando entrei. Não acreditava que pudesse sair da minha vida antiga. Mas isala, tu acreditaste em mim, apoiaste-me, pensaste que eu podia atingir os meus objetivos, que era possível.

Pouco a pouco, aprendi a ter tempo para mim, a definir os meus próprios objetivos. Nunca tinha feito isso antes; era novo para mim pensar em tudo isso. E estar na casa de transição ajudava-me a ter tempo para essa autorreflexão. Finalmente, pouco a pouco, mudei a minha vida e tenho orgulho em deixar a casa de transição em direção a uma nova casa. Hoje sinto-me bem, agora é que tudo começa! Estou muito feliz e orgulhosa por estar a caminhar para esta nova vida."

Lola passou 8 meses na casa de transição da isala,
a Casa Bambou, em Bruxelas, Bélgica

17. "250,000 tenants were asked for sex", The Sunday Times, Rachel Sylvester, Alice Thomson, 2018

Nos **EUA**, a organização **Breaking Free**, liderada por sobreviventes, gere vários programas de habitação de apoio permanente denominados “The Village Place” em Saint Paul, Minnesota, e “Moving Forward” nos condados de Anoka e Washington, no Minnesota. 48 unidades de complexos de apartamentos são arrendadas pela organização e acolhem sobreviventes e os seus filhos, envolvidos nos programas da organização para saírem da prostituição, durante o tempo de que necessitam.

O acesso à habitação não se limita a proporcionar um local para dormir: trata-se de proporcionar um espaço de vida que permita condições de vida saudáveis e seguras. Um espaço que faz parte de um quadro holístico. Na **Alemanha, a SOLWODI** tem 14 abrigos e casas de abrigo:

Temos diferentes tipos de casas de abrigo e de alojamento. Existem casas de abrigo anónimas que proporcionam um espaço seguro para as mulheres e os seus filhos. As mulheres podem recuperar nesses abrigos e nós apoiamo-las através de apoio psicológico e à saúde física. Os/as assistentes sociais profissionais trabalham com as mulheres para as ajudar a recuperar a sua confiança e a definir os próximos passos para uma vida melhor. Também acompanham as mulheres em todas as fases de obtenção de seguro de saúde, acesso a prestações sociais, autorização de residência, etc.

Dois dos nossos abrigos estão habilitados a acolher menores, ou seja, oferecem níveis de segurança adicionais e dispõem de pessoal profissional também aos fins de semana e durante a noite. Além disso, existem “apartamentos de transição” para as mulheres que estão prontas para deixar de viver numa casa de abrigo, mas que ainda precisam de algum apoio para gerir a sua vida quotidiana. As mulheres que vivem nestes apartamentos gerem as suas próprias finanças, são responsáveis pelas suas próprias compras, cozinha, limpeza, lavagem da roupa, etc., mas recebem apoio se e quando necessário.

Maria Decker, Diretora Executiva da SOLWODI na Alemanha.

No âmbito do programa EXIT, a Talita Mongólia dispõe de dois abrigos a tempo inteiro sob a forma de apartamentos que podem acolher até 10 mulheres na capital Ulan Bator:

Proporcionar abrigo às mulheres que se prostituem é um passo crucial no seu percurso de saída da prostituição, uma vez que a falta de abrigo é um importante fator de incentivo à prostituição. Ao mudarem-se para um espaço seguro, longe da violência da prostituição, da rua e do bordel, as mulheres podem recentrar-se e beneficiar do acesso a cuidados e ajuda de organizações em abrigos temporários ou em alojamentos de longa duração. Esta é uma fase importante do processo de recuperação e pode ser um primeiro passo para pôr fim à dependência financeira.

- Prestação de apoio jurídico e proteção

As mulheres na prostituição enfrentam enormes violações dos direitos humanos e a violência perpetrada contra elas por proxenetas e compradores de sexo passa muitas vezes despercebida. Nos países em que as mulheres na prostituição são criminalizadas, podem ser alvo de prisões e detenções arbitrárias, o que aumenta ainda mais a sua marginalização. Além disso, as mulheres migrantes sem documentos que se prostituem e as vítimas estrangeiras de tráfico para exploração sexual correm um risco acrescido de serem detidas e podem ser deportadas.

As organizações de base e as organizações lideradas por sobreviventes visam combater estas diferentes vulnerabilidades **prestando apoio jurídico através de uma variedade de serviços**: informar as mulheres na prostituição dos seus direitos, do processo de apresentação de queixa contra os proxenetas e exploradores, obter uma autorização de residência e proteção social para as mulheres, ou obter ordens restritivas quando necessário. Uma vez que as mulheres que estiveram na prostituição podem ter sido apanhadas ou coagidas pelos proxenetas a cometer atos ilegais durante o período em que estiveram na prostituição, o apoio jurídico pode também consistir em ajudá-las a anular os seus registos criminais relativos a infrações cometidas como resultado da prostituição, quando a lei o permite.

Em **Espanha**, a **Comision para la Investigación de los Malos Tratos a Mujeres** ajuda as mulheres migrantes na prostituição a obter asilo, autorizações de residência, autorizações de trabalho, regresso voluntário se assim o desejarem, bem como assistência social, psicológica, financeira ou jurídica. Esta intervenção faz parte dos seus programas complementares destinados às mulheres que se prostituem e ao tráfico para fins de exploração sexual. Na **Alemanha, a SOLWODI** gere 21 centros de aconselhamento especializados em 18 cidades alemãs que prestam apoio jurídico às mulheres na prostituição.

Em **França**, a via de saída patrocinada pelo Estado inclui a **emissão de uma autorização de residência por 6 meses, renovável durante toda a duração da via de saída** (2 anos). Em seguida, abre caminho para a emissão de uma autorização de residência mais longa. As associações francesas querem que esta autorização de residência seja diretamente atribuída por um ano inteiro e renovável, a fim de garantir a situação da pessoa acompanhada e facilitar o seu regresso ao emprego.

No **Nepal**, a **Maiti** opera na fronteira entre a Índia e o Nepal, um lugar de muita atividade no tráfico de mulheres e meninas nepalesas para a Índia para fins de exploração sexual. Todos os anos, dá início a uma média de 30 processos judiciais por tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. As sobreviventes são ajudadas a registar os primeiros relatórios de informação (FIR) e a defender os seus casos em tribunal. Maiti apoia as vítimas até à decisão final do tribunal distrital e, se necessário, no recurso da decisão.

No **Malawi**, a **People Serving Girls at Ris**k também leva os casos a tribunal para procurar justiça e reparação para as vítimas de exploração sexual. A organização presta assistência jurídica gratuita às vítimas e acompanha-as ao longo do processo judicial.

É muito comum que as mulheres com quem trabalhamos (que foram prostituídas e traficadas) sejam normalmente vítimas de violação e de profanação, e que não tenham meios para contratar advogados para intentar ações judiciais contra os seus agressores. O sistema de justiça pode ser frustrante para muitas mulheres que já sofreram uma injustiça e passaram por uma experiência traumatizante. Mesmo que levem o seu caso ao gabinete de assistência jurídica, esses casos nunca têm prioridade e nunca são concluídos para as mulheres. Os casos de violência sexual passam muitas vezes ao lado da justiça.

Por isso, a PSGR seleciona estes casos e identifica advogadas da Associação de Mulheres Advogadas que estejam dispostas a prestar serviços pro bono. A advogada é posta em contacto com a mulher para ouvir o caso. Juntas, sentamo-nos para fazer uma cirurgia jurídica de litígio, para analisar as violações sofridas, quais as partes específicas da lei a utilizar e como abordá-las em conjunto nos tribunais. Também definimos o papel de cada uma das partes no tratamento do caso até à sua conclusão. Normalmente, a PSGR fornece transporte e dinheiro para a comunicação com a advogada.

Esta componente da proteção jurídica é tão importante porque as mulheres que ajudamos já estão vulneráveis, sem esperança de aceder à justiça. Além disso, o litígio legal está a ajudar a consolidar a ideia de que as mulheres na prostituição também têm direitos, tal como todas as mulheres, a ser protegidas da violência e do abuso. Além disso, está a ditar o tom de que as mulheres e as meninas não podem ser compradas como mercadoria e que os compradores e os proxenetas devem ser responsabilizados pelos seus atos.

Caleb Ng'ombo, Diretor da People Serving Girls at Risks, Malawi.

3. Construir autonomia socioeconómica: o caminho até uma saída sustentável

As mulheres que se prostituem ou que já se prostituíram enfrentam frequentemente o isolamento, a ostracização e o estigma da sociedade. As situações prolongadas de trauma e de sobrevivência por que passaram podem também representar obstáculos no seu acesso ao mercado de trabalho. Por último, o acesso restrito à educação formal, aos estudos secundários e a cursos profissionais devido à pertença a grupos sistematicamente marginalizados na sociedade é um fator de entrada e manutenção no sistema de prostituição.

A construção da autonomia socioeconómica para as mulheres na prostituição é, portanto, um aspeto importante da via de saída prevista na Abordagem Abolicionista de Base. De acordo com a situação e os desejos expressos pelas mulheres que saem da prostituição, os programas de saída centram-se no apoio ao seu acesso à autonomia socioeconómica, proporcionando acesso à educação, formação profissional, mas também alternativas concretas e oportunidades de subsistência dignas para uma emancipação sustentável do sistema de prostituição.

- Acesso à educação formal e não formal

O acesso à educação de muitas mulheres na prostituição e dos seus filhos tem sido restringido devido a discriminações sistémicas.
Muitas entraram na prostituição numa idade jovem e quando eram menores. A falta de acesso à educação reforça a sua marginalização e exclusão e constitui um obstáculo importante ao acesso ao mercado de trabalho e, por conseguinte, à integração socioprofissional. Trata-se de uma vulnerabilidade acrescida que as arrasta para o sistema de prostituição.

As organizações de base e as organizações lideradas por sobreviventes procuram proporcionar o acesso à educação formal e não formal através de um conjunto de várias atividades: apoio escolar individualizado, programa de bolsas de estudo para pagar as propinas, cursos de línguas para mulheres estrangeiras, tutoria...

Em **Minneapolis**, a **Breaking Free** ajuda as mulheres a reintegrarem-se num contexto educativo, colaborando com Programas Gerais de Desenvolvimento Educativo, escolas secundárias e instituições de ensino superior. Cada mulher apoiada pela organização pode receber assistência individual na escolha de uma carreira para atingir os seus objetivos.

Em **França**, **Itália** e **Bélgica**, o **Mouvement du Nid**, a **Iroko** e a **isala**, respetivamente, oferecem cursos de línguas a mulheres estrangeiras na prostituição e aos seus filhos e identificam parceiros/instituições para aulas formais. Estes cursos são essenciais para ajudar as mulheres a ultrapassar as barreiras linguísticas que podem restringir o seu acesso a certos direitos no país de acolhimento. Estes cursos de línguas também desempenham um papel importante para quebrar o isolamento que as mulheres podem enfrentar num país que não é o seu.

Na **Índia**, o **South Kolkata Hamari Muskan** reforça o acesso à educação formal das crianças da zona da luz vermelha, sugerindo-lhes tutoria e uma variedade de atividades extra-curriculares dirigidas por 46 professores nos centros SKHM, localizados no coração das zonas de luz vermelha de Bowbazaar e Sonagacchi. O objetivo é quebrar o ciclo da prostituição intergeracional na comunidade.

O **SKHM** procura **reduzir o atraso educativo** e o **abandono escolar** que afetam desproporcionalmente as crianças que vivem nas zonas de luz vermelha. Simultaneamente, tem como objetivo "controlar" e evitar que as crianças entrem na prostituição na zona da luz vermelha, criando-lhes oportunidades de aprendizagem e percursos alternativos.

O **desenvolvimento de atividades extra-curriculares** como o karaté, as artes marciais, as sessões de desenho, os cursos de teatro, os ateliers de fotografia, as aulas de música e de guitarra que se realizam todos os dias, tem também como objetivo ter alguns locais de estudo a salvo da prostituição, que muitas vezes tem lugar no espaço onde a família vive.

No **Nepal**, **Maiti** possui a sua própria escola acreditada pelo Estado:

> *Acolhemos cerca de cinquenta estudantes cujas mães estão na prostituição. Alguns deles foram também vítimas da prostituição. Precisam de uma atenção muito específica. O objetivo aqui é quebrar o ciclo da prostituição intergeracional. Têm também acesso a apoio psicológico e a um acompanhamento pessoal. Uma das nossas maiores realizações são os alunos que estiveram aqui na nossa escola e que agora se tornaram professores.*
>
> Pramila Amalya, Diretora da Academia, Katmandu

Na **Mongólia**, a **Talita** financia as propinas escolares e oferece-se para dar explicações às meninas apoiadas pela organização na ausência de apoio familiar tradicional.

> *Eu era uma pessoa muito retraída, nunca quis comunicar os meus sentimentos a ninguém, usei uma máscara preta e um gorro de lã preto durante dois anos. Nunca os tirei até entrar no programa. Quando estava a comer, ficava muitas vezes no meu quarto às escuras. Tinha vergonha de ver ou de mostrar a minha cara. Agora, estou a aprender lentamente a amar-me. Estou a aprender a passar as minhas refeições com as outras meninas com quem vivo. Estou a aprender a tirar a minha máscara e o meu boné de vez em quando. Estou de volta à escola, no 11.º ano. Vou passar para o 12.º ano e estou a desenhar muito mais.*
>
> Badmaa, 16 anos, apoiada por Talita, Ulan Bator, Mongólia.

Embora as mulheres na prostituição e os seus filhos enfrentem muitos obstáculos à igualdade de acesso à educação, as organizações abolicionistas visam colmatar esta lacuna, permitindo que as mulheres participem em cursos e programas de formação para reforçar as suas aptidões e competências e ajudá-las a recuperar a sua autoconfiança. Para os grupos vulneráveis, a melhoria do acesso à educação é um instrumento poderoso para evitar a entrada no sistema de prostituição. Pode também ajudar a quebrar o ciclo de prostituição intergeracional que afeta as mulheres e meninas mais marginalizadas e constitui um passo para a reinserção socioeconómica.

- Acesso à formação profissional

As atividades de formação profissional são desenvolvidas para permitir que as mulheres adquiram competências profissionais que facilitem o seu acesso ao mercado de trabalho e à autonomia socioeconómica. As formações são diversificadas e procuram corresponder da melhor forma às aspirações das mulheres que frequentam os programas.

> *Uma das nossas ações de formação é a gestão financeira e de cantinas. Através desta formação, apoiamos as mulheres no acesso à independência e na gestão de lojas. Elas aprendem sobre as taxas de preços e como gerir concretamente um pequeno negócio de cantina.*
>
> *Temos também uma unidade de alfaiataria: as mulheres têm de terminar a sessão de formação de 6 meses e depois completar a "fase de produção", que dura 4 a 6 meses, antes de passarem num exame. Para as que passam no exame, damos-lhes uma máquina de costura. Durante a formação, aprendem a fazer coisas que as mulheres precisam e usam: aprendem a fazer saiotes, salwar kamiz, a coser dupattas, a bordar numa dupatta para a tornar ainda mais especial! Depois, são encorajadas a começar o seu próprio negócio.*
>
> Rohini Banerjee, Diretora de Programas, SKHM, Índia

Em **França**, a via de saída patrocinada pelo Estado inclui o acesso à formação profissional para as mulheres que estiveram na prostituição. Apoiadas por organizações como o **Mouvement du Nid**, têm a oportunidade de desenvolver novas competências para facilitar a sua integração no mercado de trabalho. De acordo com o Ministério da Igualdade francês, entre abril de 2016 e março de 2023, 1247 mulheres tiveram acesso à via de saída, e 95% delas encontravam-se numa situação de independência socioeconómica no final do mesmo.

Disse-lhes (ao Mouvement du Nid) que queria realmente deixar a prostituição, para passar a outra coisa na vida. Quero trabalhar como as outras mulheres e viver a minha vida em paz. Hoje, não aconselharia a prostituição nem ao meu pior inimigo. Não, as meninas que vêm do campo, nunca lhes diria para se prostituírem. A prostituição é um disparate. Hoje em dia, com a via de saída, não há problema. Telefono às agências de trabalho temporário, envio os meus currículos, oferecem-me formações, inscrevo-me na agência de emprego (Pôle emploi). Moralmente, estou bem. As portas estão a abrir-se para mim. Encontrei alguns dos meus compatriotas que me disseram "mudaste, estás radiante, moralmente estás bem". Já não estou ansiosa, sei que posso trabalhar e fazer muitas coisas, candidatar-me a uma casa, etc. Estou feliz. Sou feliz.

Melissa, apoiada pelo Mouvement du Nid
no âmbito de uma vida de saída patrocinada pelo Estado de França.

No **Malawi**, a organização **People Serving Girls at Risks** dá acesso a formação em costura e cabeleireiro às mulheres com quem trabalha.

Casei-me aos 17 anos, fui maltratada, espancada, violada e depois prostituída pelo meu marido. Mais tarde, fui resgatada por uma organização. Fiz uma terapia e hoje estou "bem". Trabalho num salão de cabeleireiro e estou agora a dar formação a outras mulheres. Sinto-me feliz por fazer este trabalho, por lhes dar algo para fazer e por as apoiar e capacitar. Neste momento, estou a dar formação a 8 mulheres, três vezes por semana, às terças, quintas e sextas-feiras.

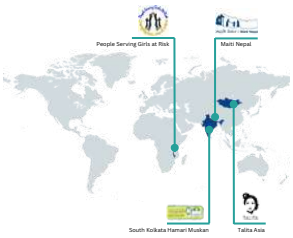
No entanto, é difícil porque algumas delas ainda estão na prostituição. O ambiente dos cursos de formação depende muitas vezes do que aconteceu na noite anterior. O local também é demasiado pequeno e é necessário mais apoio psicológico. Mas estamos a fazer progressos.

Ellen Naline, 24 anos, cabeleireira-formadora, contratada pela PSGR, Blantyre, Malawi.

Estou atualmente a dar formação a 10 sobreviventes. Tenho 12 anos de experiência como costureira e criadora, tenho o meu próprio negócio. Prometi a mim própria partilhar a minha experiência com as sobreviventes para as capacitar e ajudar a tornarem-se mais independentes. Sinto-me bem a fazê-lo. Como estas mulheres estão no sistema de prostituição devido à pobreza, é uma forma de as ajudar a sair desse sistema. Sinto-me útil. Os cursos de formação têm lugar três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras, das 9:00 às 14:00 ou 15:00 horas. Para algumas delas, devido aos seus traumas, pode demorar um pouco mais a aprender. Mas está a resultar. Estou a prepará-las para fazer o exame para obter o certificado TIVETA. Também gostaríamos de ter um espaço maior. Estamos a fazer vestidos, malas, acessórios. Para além disso, também lhes deviam ser ensinadas as regras de gestão das pequenas empresas. Uma cooperativa seria ótimo!

Hanna Kajombo, formadora de costureiras, contratada pela PSGR, Blantyre, Malawi.

Na **Mongólia**, a **Talita Asia** renovou a sua parceria com o centro de formação profissional germano-mongol "Chuhal Amjilt", no qual as mulheres são apoiadas para obterem um diploma de qualificação do Estado após a sua formação.



Em 2022, as organizações do programa EXIT proporcionaram coletivamente o acesso à educação formal e não formal a 224 mulheres e meninas e o acesso à formação profissional a 69 mulheres e meninas.

- A implementação de atividades geradoras de rendimentos

As atividades geradoras de rendimentos destinam-se a dotar as mulheres de competências de gestão que lhes permitam lançar a sua própria empresa e obter um rendimento estável. Algumas organizações abolicionistas criam atividades geradoras de rendimento como parte do percurso de saída e como um dos últimos passos que permitem às mulheres aceder à autonomia socioeconómica e providenciar a sua subsistência e a das suas famílias.

A formação em gestão de empresas é uma componente essencial e permite que as mulheres **recuperem o seu poder e a sua autoconfiança**. Ao aprenderem novas competências, como a criação de produtos, a gestão de uma equipa, as competências financeiras e o atendimento ao cliente, entre muitas outras que correspondem a empregos específicos, as mulheres ficam equipadas para tomarem as suas próprias decisões informadas sobre as suas empresas. As sobreviventes da prostituição sublinham que estas atividades permitem aliviar o fardo da pobreza que afeta desproporcionadamente as mulheres e as meninas, aceder a um meio de subsistência digno e pôr fim a situações de dependência económica (seja do marido, do proxeneta ou dos compradores de sexo).

As atividades geradoras de rendimentos oferecem, assim, um acesso concreto ao mercado de trabalho para as mulheres na prostituição. Podem assumir várias formas: estas atividades podem ser desenvolvidas quer sob a forma de apoio individual às mulheres, dando-lhes o equipamento necessário para iniciarem a sua própria atividade, quer de forma mais coletiva, através da criação de pequenas cooperativas com várias mulheres, com o apoio de organizações.

Na **Índia**, a **South Kolkata Hamari Muskan** criou um curso de formação em empreendedorismo social dirigido por mulheres e uma iniciativa de pequenas empresas dirigida por mulheres nas duas zonas de luz vermelha de Calcutá para as mulheres que participam no programa Dignity. Assim, algumas delas optaram por seguir uma formação em cozinha e gestão de cantinas e, após a sua conclusão, estão habilitadas a gerir um dos três restaurantes móveis nas zonas. A SKHM também dá formação em joalharia.

A organização paga um subsídio às mulheres durante o período de formação. Uma vez concluída a formação, as mulheres tornam-se ourives e vendem as suas próprias jóias nas zonas e no exterior. Estas atividades geradoras de rendimentos são oportunidades concretas propostas às mulheres, proporcionando-lhes acesso a um rendimento estável e digno.

O meu sonho é apoiar as mulheres da zona da luz vermelha. Eu ainda vivo lá. Quando vejo outras mulheres que ainda estão na prostituição, sinto-me mal, porque eu estive nessa situação e saí. Estou a tentar motivá-las, a mostrar-lhes que há alternativas. Às vezes resulta. Elas perguntam-me para onde podem ir, o que podem fazer. Tenho um marido, duas filhas e um filho. Eles respeitam-me. A minha filha trabalha na cooperativa de cozinha (IGA). Ela e a minha nora trouxeram-me para esta associação. Agora, tenho uma identidade. Posso dizer publicamente o que faço. Sou respeitada. Aqui, trabalhamos em conjunto. Há uma irmandade, ajudamo-nos umas às outras. Isto está a tornar-me mais forte e a fazer-me ouvir.

Jhuma , sobrevivente da prostituição, apoiada pela SKHM, Calcutá.

Esta equipa conhece-se há muitos anos. É isto que cria resiliência e solidariedade. Sentimo-nos iguais, incluídas e mais fortes do que os outros. Vemos a mudança que trouxemos à nossa comunidade. Somos o exemplo de que existem alternativas à prostituição para as outras mulheres. Durante a Covid, ajudámos pessoas, demos dinheiro e entregámos refeições.

Debate com o coletivo de mulheres da cooperativa SKHM, Calcutá, Índia.

No **Malawi**, a **People Serving Girls at Risk** oferece formação em costura a três grupos de mulheres e meninas de comunidades rurais particularmente visadas pelas redes de proxenetismo. O impacto do desenvolvimento de atividades geradoras de rendimentos nestas zonas é importante; atualmente, uma dúzia de mulheres segue este curso de costura pago e está a organizar-se para criar uma pequena cooperativa de venda de roupa. Este espaço coletivo permite-lhes conhecerem-se, apoiarem-se mutuamente e fomentar dinâmicas positivas que se refletem no seu ambiente familiar.

Malawi, PSGR

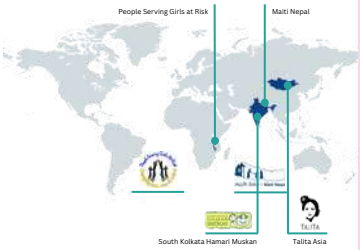
Breaking free, EUA

O curso de formação é importante, porque agora, em vez de fazermos 'outras coisas', estamos ativas. No entanto, precisamos de mais máquinas de costura. Aprendemos a fazer vestidos, t-shirts, tops, etc. Mas precisamos de mais equipamento. Hoje, as pessoas estão prontas para comprar os nossos produtos. Antes disso, não tínhamos dinheiro, mas acreditamos que seremos capazes de ganhar dinheiro depois do curso. O que precisamos é de nos sustentar a nós e à nossa família. Desta maneira, o nosso marido já não nos vai dominar. Os proxenetas também vêm cá, para nos levar para os bordéis. Mas se tivermos dinheiro, podemos dizer não. Gostaríamos de continuar a trabalhar em equipa. Precisamos de mais máquinas de costura, materiais e de restaurar o local.

Discussão coletiva com mulheres apoiadas pela PSGR, Distrito de Neno, Malawi.

Eu sofri muita violência, seja física, sexual ou psicológica. Os homens não deviam fazer isto. Não deviam comprar sexo. Isso prejudica as mulheres. A prostituição não é trabalho. Dormi mal durante muitos anos. Conheci a PSGR quando vieram ao município de Chilomoni. Parei desde março passado, sinto-me melhor. Comecei um curso de formação pago desde o dia 5 de julho. Agora posso levar comida para a mesa em casa. Se a organização criar uma cooperativa, quero fazer parte dela. Também quero levantar a minha voz, falar e consciencializar as pessoas. Não quero que nenhuma outra menina esteja na situação em que eu estive. Elas devem conhecer as consequências. Falar também com os homens: eles não devem comprar sexo. As mulheres não são para vender. E falar com o governo. O governo tem de apoiar as mulheres e as meninas deste país.

Martha K., 29 anos, Malawi, apoiada pela PSGR.



Na **Índia**, no **Nepal** e no **Malawi**, as organizações do programa EXIT adotaram uma abordagem de base comunitária na implementação das Atividades Geradoras de Rendimento. Longe de proporcionar apenas autonomia financeira, as cooperativas desenvolvidas também se tornaram espaços seguros que refletem uma forte necessidade de apoio mútuo e solidariedade entre as mulheres.

- Implementação de programas de inserção profissional

As iniciativas de inserção profissional desenvolvidas por várias organizações abolicionistas são fundamentais no processo de saída da prostituição pois permitem que as sobreviventes entrem no mercado de trabalho, tornando-se financeiramente independentes e quebrando as vulnerabilidades socioeconómicas que as levam à prostituição.

As organizações abolicionistas desenvolvem frequentemente parcerias com empresas que querem favorecer a inclusão profissional das sobreviventes, acolhendo-as nas suas equipas e empregando-as. Isto pode também significar permitir que as sobreviventes se juntem à equipa da organização abolicionista, tornando-se assim parte integrante do pessoal da ONG e participando nos processos de tomada de decisão. As sobreviventes em programas de colocação profissional trabalham para adquirir as competências profissionais e interpessoais de que podem necessitar para se desenvolverem em diferentes ambientes, antes de serem apoiadas na sua transição para a nova equipa.

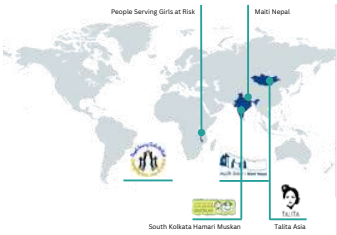
Foram criadas várias parcerias de emprego com organizações abolicionistas em todo o mundo:

Na **Suécia** e na **Alemanha**, a **Talita** e a **Sisters e.V** colaboram, respetivamente, com hotéis, empresas de limpeza e empresas de catering. As mulheres e meninas apoiadas pelas organizações têm acesso a formação, estágios e empregos. A obtenção de um emprego permite ainda que as mulheres beneficiem de um seguro de saúde e de determinadas prestações sociais em certos países, como a Alemanha.

Nos **Estados Unidos**, a **Breaking Free** tem um programa de competências profissionais. O objetivo deste programa é fornecer informações, competências e oportunidades de formação que conduzam à gestão de uma procura de emprego bem sucedida, à procura de educação e/ou à conclusão de objetivos de carreira. A Breaking Free estabeleceu parcerias com várias organizações locais de emprego e de preparação para o trabalho para capacitar as mulheres a aceder ao mercado de trabalho.

Na **Irlanda**, a **Ruhama** desenvolveu o programa "Bridge to Work" (Ponte para o Trabalho), que facilita estágios em diferentes setores para mulheres afetadas pela prostituição e pelo tráfico para exploração sexual. As mulheres integradas no programa têm a oportunidade de adquirir alguma experiência prática de trabalho e são apoiadas ao longo do percurso por um/a assistente social.

Os programas de colocação profissional são criados na esperança de que mais programas criem oportunidades de liderança para as sobreviventes, não só para serem contratadas, mas também para que lhes seja oferecido apoio organizacional e estrutural para se organizarem em seu próprio nome, tornando-se assim agentes de mudança positiva para si mesmas e para as suas comunidades.



Em 2022, as organizações do programa EXIT proporcionaram coletivamente o acesso a uma atividade geradora de rendimentos a 34 mulheres e o acesso à colocação profissional a 15 mulheres.

III. Desafios na preparação de vias de saída e recomendações

DESAFIOS

Sair da prostituição é um processo complexo e muito individualizado, devido a vários fatores, como a exposição prolongada à violência e ao abuso, que muitas vezes começou cedo na vida das pessoas, a falta de acesso a opções viáveis, a pobreza, o isolamento de pessoas e da informação e dos recursos. As mulheres que saem enfrentam muitas vezes numerosas barreiras ao longo do caminho: o trauma mantém-nas frequentemente "presas" no modo de sobrevivência, pelo que o apoio requer o acesso a ferramentas para a recuperação, criando ligações e relações transformadoras com as pessoas que passam pelos programas.

A Abordagem Abolicionista de Base baseia-se, portanto, num apoio a longo prazo e, por vezes, até numa ação para toda a vida. O seu objetivo é fornecer apoio incondicional às pessoas na prostituição em cada passo da sua jornada pessoal, que não segue uma trajetória linear. **No entanto, mesmo que esta abordagem possa ser exigente, a sua eficácia já não está em causa**: transforma radicalmente a vida das mulheres que estiveram na prostituição, reconhecendo o seu poder e resiliência, permitindo-lhes sair definitivamente.

No entanto, esta abordagem holística que inclui uma compreensão das causas profundas da prostituição é relativamente nova e **não tem sido suficientemente popularizada, em particular entre as instituições internacionais e as agências de ajuda**. Na ausência de compreensão e, por conseguinte, do reconhecimento da prostituição como uma forma de violência por parte destas últimas, observamos uma grande discrepância entre, por um lado, as **realidades no terreno** e as necessidades expressas pelas mulheres na prostituição e, por outro lado, os programas apoiados e a **terminologia utilizada** (incluindo o termo nocivo de trabalho sexual/trabalhadoras do sexo) por certas agências de ajuda e instituições internacionais.

Como consequência, as organizações de base e as organizações lideradas por sobreviventes sofrem atualmente de uma falta de consideração na **definição das políticas de concessão de subsídios**, que se concentram principalmente no apoio a programas limitados à redução de riscos, cuja única perspetiva é limitar a propagação das DST. **Embora seja essencial e necessário reduzir, com o objetivo de eliminar, a propagação das DST, este não deve ser o único ângulo através do qual a comunidade de desenvolvimento aborda a questão da prostituição.**

Parece necessário questionar **a relevância do conceito de redução de riscos, tal como é atualmente aplicado à questão da prostituição**, e refletir sobre uma **visão verdadeiramente holística da redução de riscos.** De facto, está bem documentado que os riscos de homicídio, violação, violência física e verbal e de PSPT sofridos pelas mulheres na prostituição são extremamente elevados, enquanto se pode observar que os programas que recebem mais apoio não dão uma resposta concreta a esses riscos.

Negligenciar o apoio à oferta de alternativas e saídas concretas significa aceitar a exposição das mulheres na prostituição a estas formas de violência. Os programas destinados a apoiar as pessoas prostituídas devem basear-se numa **análise holística de todos os riscos a que estão expostas** e não apenas numa parte específica dos mesmos.

Além disso, muitas mulheres que estão ou estiveram na prostituição e acederam a programas limitados à redução de riscos, levantam a voz para questionar a eficácia desses programas: algumas delas relatam numerosos casos de atos sexuais desprotegidos impostos por compradores de sexo, como parte do continuum de violência que sofreram enquanto na prostituição, e descrevem-na como inerente ao sistema de prostituição. Estes relatos são mais uma confirmação de que a prostituição é uma forma de violência que não pode ser "suavizada" e cujas condições não podem ser melhoradas.

Esta discrepância entre, por um lado, as realidades observadas e vividas no terreno e, por outro, o tipo de programas que são mais financiados e mais frequentemente oferecidos às mulheres na prostituição, é prejudicial. Limita a capacidade das organizações de base e das organizações lideradas por sobreviventes de responder às necessidades expressas pelas mulheres na prostituição e de estas últimas poderem emancipar-se da mesma.

No terreno, esta discrepância parece basear-se numa **posição ideológica desconexa** adoptada por certos doadores e organizações que pretendem **equiparar a prostituição a uma forma de trabalho**, uma fonte de rendimento aceitável para as comunidades marginalizadas, e não numa compreensão objetiva e abrangente das realidades do sistema de prostituição.

Esta situação exige uma mudança de paradigma na abordagem da prostituição no seio da comunidade internacional de cooperação e desenvolvimento.

RECOMENDAÇÕES

1. Encorajamos as ONG que pretendam desenvolver ou apoiar programas com mulheres na prostituição a **implementar uma Abordagem Abolicionista de Base** e a entrar em contacto com organizações que já a estejam a implementar;

2. Os Estados, as instituições internacionais, as agências de ajuda, as fundações e as ONGs devem **reconhecer a prostituição** como parte do processo contínuo de **violência contra as mulheres;**

3. Os Estados, as instituições internacionais, as agências de ajuda e as fundações devem definir a provisão de **programas de saída** para mulheres e meninas na prostituição como uma das suas **prioridades de financiamento;**

4. Os Estados, e os Estados abolicionistas em particular, devem desenvolver **políticas abolicionistas em termos de cooperação, dando prioridade ao apoio às organizações de base e às organizações lideradas por sobreviventes que oferecem programas de saída**, e assegurando que não apoiam organizações que promovem a normalização ou a legalização do sistema de prostituição;

5. Os Estados, as instituições internacionais, as agências de ajuda e as fundações devem **incluir as sobreviventes do sistema de prostituição como especialistas na definição das suas estratégias e políticas** sobre prostituição e exploração sexual;

6. Os Estados, as instituições internacionais, as agências de ajuda e as fundações devem tomar **medidas para reforçar a capacidade das organizações e redes de base e lideradas por sobreviventes, a fim de facilitar a partilha de experiências e conhecimentos**, com vista a melhorar o apoio prestado às mulheres na prostituição;

7. As instituições internacionais, as agências de ajuda e as fundações devem adotar e **aplicar políticas internas e códigos de conduta que proíbam a compra de atos sexuais para os membros do seu pessoal;**

8. Os Estados, as instituições internacionais, as agências de ajuda e as fundações devem apoiar e/ou implementar **programas de formação sobre violência sexual, prostituição, stress pós-traumático e apoio às mulheres na prostituição** destinados à polícia, aos profissionais da justiça e aos profissionais de saúde, a fim de criar uma cultura multissetorial para melhor identificar e apoiar as mulheres na prostituição;

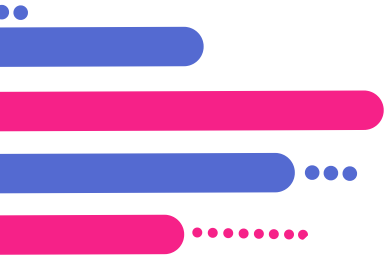
9. Deverá ser desenvolvida **investigação objetiva e revista pelos pares sobre as necessidades expressas pelas mulheres na prostituição** e as prioridades de financiamento deverão ser definidas em conformidade.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais a Achyut Kumar Nepal, Ally Marie Diamond, Bailaou Diallo, Bimala Biswokarma, Bishwo Khadkha, Cherie Jimenez, Caleb Ng'ombo, Danielle MacLaughlin, Dolzodmaa Purevjav, Ellen Naline, Hanna Kajombo, Jhuma S.*, Jo Thomson, Laurie*, Maria Decker, Marie M.*, Martha K., Mireia Crespo, Paromita Chowdhury, Pierrette Pape, Pramila Amalya, Rohini Banerjee, Ruchira Gupta, Srabani Sarkar Neogi, Thao Hoang e Tserenchut Byamba-Ochir.

ONG que contribuíram para este manual:

- Apne Aap
- Breaking Free
- Concertation des Luttes contre l'Exploitation Sexuelle
- Comision para la Investigacion de los Malos Tratos a Mujeres
- Eva Center
- IROKO
- isala asbl
- KAFA (enough) Violence & Exploitation
- KFUKs Sociale Arbejde
- Maiti Nepal
- Mouvement du Nid
- People Serving Girls at Risks
- Ruhama
- Sawa
- Sisters
- SOLWODI
- South Kolkata Hamari Muskan
- Talita Asia
- Talita Sweden
- Wahine Toa Rising
- Women@thewell



CAP INTL
Coalition | Abolition | Prostitution

PROGRAMME
EXIT